



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Preâmbulo

O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer as condições, critérios e especificações técnicas para a aquisição de **materiais e equipamentos de rede lógica**, destinados à manutenção, adequação e melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO.

A presente contratação fundamenta-se no Documento de Formalização de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborados pela Secretaria Geral da Câmara Municipal, os quais identificaram a necessidade de reorganização da infraestrutura de rede lógica, substituição de componentes obsoletos e ampliação da capacidade operacional dos equipamentos atualmente utilizados pela Administração.

A contratação visa assegurar a continuidade dos serviços administrativos e legislativos, proporcionando maior estabilidade, segurança e eficiência à rede institucional utilizada pelos setores administrativos e gabinetes parlamentares no desempenho de suas atividades.

O presente documento foi elaborado em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, planejamento, eficiência, economicidade, interesse público e continuidade dos serviços públicos.

2. Definição do objeto, incluídos sua natureza

O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de materiais e equipamentos de rede lógica, destinados à manutenção, adequação e melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, visando assegurar maior estabilidade, segurança, desempenho e continuidade da rede institucional utilizada pelos setores administrativos e gabinetes parlamentares.

A contratação contempla o fornecimento dos seguintes itens:

- Cabo de rede U/UTP Categoria 6 (Cat6);
- Conectores modulares RJ45 (8P8C);
- Roteador corporativo;
- Pontos de acesso sem fio (Access Point);
- Memórias para servidor DDR4 ECC.

Os materiais e equipamentos destinam-se à reorganização da rede cabeada existente, substituição de componentes obsoletos, melhoria da cobertura e estabilidade da rede sem fio (Wi-Fi), bem como ao aprimoramento da capacidade operacional do servidor institucional.

Trata-se de contratação para fornecimento de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os padrões de desempenho e qualidade dos itens podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Os bens objeto da contratação classificam-se como materiais de consumo e material permanente, conforme sua natureza contábil e classificação orçamentária aplicável.

A contratação será realizada em lote único, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, considerando a integração funcional dos itens, a compatibilidade técnica entre os componentes e a busca por maior eficiência na gestão contratual.

2.1. Da justificativa de necessidade

A presente contratação justifica-se pela necessidade de manutenção, adequação e melhoria



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

da infraestrutura de rede lógica da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, indispensável ao adequado funcionamento das atividades administrativas e legislativas desenvolvidas por esta Casa de Leis.

Conforme levantamento técnico realizado pela área responsável pela Tecnologia da Informação, verificou-se que a infraestrutura atualmente utilizada apresenta limitações relacionadas à instabilidade da rede, insuficiência de cobertura da rede sem fio (Wi-Fi), utilização de componentes obsoletos e necessidade de reorganização da rede cabeada existente, fatores que comprometem o desempenho dos sistemas institucionais e a continuidade dos serviços públicos.

A aquisição dos materiais e equipamentos previstos neste Termo de Referência visa proporcionar maior estabilidade, segurança, desempenho e confiabilidade na transmissão e processamento de dados, assegurando condições adequadas de conectividade aos setores administrativos e gabinetes parlamentares.

A necessidade da contratação decorre ainda da importância de garantir o funcionamento contínuo dos sistemas administrativos, legislativos e de acesso à internet utilizados pelos servidores e vereadores no desempenho de suas atribuições institucionais, reduzindo riscos de falhas operacionais, interrupções de conectividade e indisponibilidade dos serviços de tecnologia da informação.

Registra-se que houve tentativa anterior de contratação mais ampla por meio do Processo Administrativo nº 015/2026, o qual foi encerrado e arquivado em razão de limitações orçamentárias. Após reavaliação técnica das necessidades da Administração, identificou-se a viabilidade de realização de nova contratação com objeto reduzido e direcionado exclusivamente aos itens essenciais para manutenção e adequação da infraestrutura de rede institucional.

Dessa forma, a presente contratação observa os princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, contemplando exclusivamente os materiais e equipamentos indispensáveis ao adequado funcionamento da estrutura tecnológica da Câmara Municipal.

2.2. Do quantitativo

2.2.1. Os quantitativos estimados para a presente contratação foram definidos com base em levantamento técnico realizado pela área responsável pela infraestrutura de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, considerando as necessidades atuais de manutenção, reorganização e adequação da rede lógica institucional.

2.2.2. A definição das quantidades levou em consideração a substituição de componentes obsoletos, a melhoria da estabilidade da rede cabeada e sem fio, bem como a necessidade de ampliação da capacidade operacional dos equipamentos utilizados pela Administração.

2.2.3. Os quantitativos previstos refletem a demanda atual da Câmara Municipal, tendo sido dimensionados de forma a atender às necessidades institucionais sem gerar aquisição excessiva de materiais e equipamentos, observando-se os princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2.4. A relação detalhada dos itens e respectivos quantitativos encontra-se apresentada na tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição
01	02	Unid	Memória para servidor DDR4 ECC Registered (RDIMM), capacidade 16 GB, frequência mínima 2666 MHz, compatível com o servidor institucional existente.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

02	02	Cx	Cabo de rede U/UTP Categoria 6 (Cat6) , caixa com 305 metros, homologado pela ANATEL, para infraestrutura de rede lógica.
03	10	Pct	Conector modular RJ45 (8P8C) , compatível com cabos Cat6 contatos em liga metálica com banho de ouro, pacote com 100 unidades.
04	01	Unid	Roteador corporativo , com suporte a gerenciamento avançado, múltiplas conexões simultâneas, segurança de rede e compatibilidade com a infraestrutura existente.
05	03	Unid	Ponto de acesso (Access Point) corporativo dual band , compatível com gerenciamento centralizado, suporte a múltiplos usuários simultâneos e cobertura de ambiente interno.

2.3. Enquadramento do objeto como comum:

2.3.1. Os bens objeto da presente contratação enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

2.3.2. Os materiais e equipamentos de rede lógica pretendidos possuem características técnicas padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, sendo comercializados por diversos fornecedores do ramo de tecnologia da informação e infraestrutura de rede, o que possibilita a definição objetiva das especificações técnicas necessárias à contratação.

2.3.3. A padronização dos itens permite o estabelecimento de critérios objetivos de julgamento das propostas, assegurando competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3.4. Dessa forma, a contratação poderá ser realizada mediante procedimento licitatório compatível com a aquisição de bens comuns, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis ao caso concreto.

2.4. Da Vigência:

Considerando tratar-se de contratação para fornecimento de bens com entrega única, a contratação será formalizada mediante contrato administrativo, observadas as disposições dos arts. 89 a 95 da Lei nº 14.133/2021.

O prazo para entrega integral dos itens será de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.

O prazo estabelecido considera as características do mercado de tecnologia da informação, no qual parcela significativa dos fornecedores atua como revendedora ou distribuidora de equipamentos, podendo depender de logística de aquisição junto a fabricantes, importadores ou centros de distribuição.

Considerando que parte dos equipamentos possui características corporativas e especificações técnicas especializadas, podendo demandar aquisição junto a distribuidores ou fabricantes, o prazo de até 60 (sessenta) dias mostra-se adequado para assegurar ampla competitividade e viabilidade de fornecimento.

Os materiais e equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo pela Administração, contra defeitos de fabricação, funcionamento ou vícios que comprometam sua adequada utilização.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

3. Fundamentação da Contratação:

3.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de manutenção, adequação e melhoria da infraestrutura de rede lógica da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, conforme demanda formalizada pela Secretaria Geral por meio do Documento de Formalização de Demanda – DFD e detalhada no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

3.2. O levantamento técnico realizado pela área responsável pela Tecnologia da Informação identificou a existência de limitações na infraestrutura atualmente utilizada, especialmente relacionadas à instabilidade da rede, insuficiência da cobertura da rede sem fio (Wi-Fi), utilização de componentes obsoletos e necessidade de reorganização da rede cabeada institucional.

3.3. A contratação proposta visa garantir maior estabilidade, segurança, desempenho e continuidade dos serviços de tecnologia da informação utilizados pelos setores administrativos e gabinetes parlamentares, assegurando adequado funcionamento dos sistemas institucionais, acesso à rede interna e utilização dos recursos tecnológicos necessários ao desempenho das atividades administrativas e legislativas.

3.4. A solução definida no Estudo Técnico Preliminar demonstrou-se tecnicamente viável e economicamente adequada ao atendimento da necessidade administrativa identificada, contemplando exclusivamente os itens essenciais ao funcionamento da infraestrutura de rede institucional, em observância aos princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

3.5. A definição das especificações técnicas dos equipamentos corporativos de rede e ambiente servidor buscou assegurar compatibilidade com a infraestrutura tecnológica existente, evitando aquisição de equipamentos de características inferiores que possam comprometer a estabilidade, segurança e desempenho da rede institucional.

3.6. A contratação encontra fundamento no art. 6º, inciso XXIII, e no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelecem a obrigatoriedade do planejamento das contratações públicas e a elaboração de Termo de Referência compatível com os estudos técnicos preliminares realizados pela Administração.

3.7. Além disso, considerando a natureza dos itens pretendidos, a contratação enquadra-se como aquisição de bens comuns, cujas especificações podem ser objetivamente definidas por padrões usuais de mercado, permitindo ampla competitividade entre fornecedores do ramo de tecnologia da informação.

3.8. Da Previsão da Contratação:

A presente contratação encontra-se alinhada às necessidades institucionais da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, estando fundamentada no planejamento administrativo da unidade demandante, conforme Documento de Formalização de Demanda – DFD e Estudo Técnico Preliminar – ETP elaborados para instrução do processo administrativo.

Registra-se que, no âmbito deste Poder Legislativo, não há Plano de Contratações Anual – PCA formalmente instituído para o exercício vigente, encontrando-se referido instrumento em fase de estruturação administrativa.

Dessa forma, a ausência de previsão específica em Plano de Contratações Anual não constitui impedimento à realização da contratação, considerando que o planejamento da demanda foi devidamente realizado pelos instrumentos legalmente aplicáveis à realidade administrativa do órgão, especialmente por meio do Documento de Formalização de Demanda – DFD, Estudo Técnico Preliminar – ETP e demais documentos técnicos que compõem a fase preparatória da



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

contratação.

A contratação observa os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, demonstrando-se necessária ao adequado funcionamento da infraestrutura tecnológica utilizada pela Administração.

4. Descrição da Solução como um Todo, Considerando Todo o Ciclo de Vida do Objeto:

4.1. A solução proposta consiste na aquisição de materiais e equipamentos de rede lógica destinados à manutenção, adequação e melhoria da infraestrutura de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, visando assegurar maior estabilidade, segurança, desempenho e continuidade dos serviços administrativos e legislativos desenvolvidos por esta Casa de Leis.

4.2. A solução contempla o fornecimento dos seguintes itens:

- Cabo de rede U/UTP Categoria 6 (Cat6);
- Conectores modulares RJ45 (8P8C);
- Roteador corporativo;
- Pontos de acesso sem fio (Access Point);
- Memória para servidor DDR4 ECC Registered (RDIMM).

4.3. A definição da solução considerou o ciclo de vida do objeto, abrangendo as etapas de aquisição, fornecimento, utilização, manutenção e suporte durante o período de garantia, buscando assegurar maior durabilidade, eficiência operacional e melhor aproveitamento dos recursos públicos empregados na contratação.

4.4. A solução adotada foi definida a partir do Estudo Técnico Preliminar – ETP, considerando critérios técnicos, mercadológicos e econômicos, tendo sido identificada como a alternativa mais vantajosa para atendimento da necessidade administrativa, em razão da relação custo-benefício, facilidade de implementação e compatibilidade com a estrutura tecnológica existente.

4.5. Durante o ciclo de utilização dos equipamentos e materiais, deverão ser observadas as condições adequadas de uso, armazenamento, manutenção e garantia dos produtos fornecidos, objetivando assegurar sua vida útil e o adequado desempenho operacional.

4.6. Ao final do ciclo de vida dos equipamentos, quando aplicável, a Administração deverá observar práticas ambientalmente adequadas para descarte, reaproveitamento ou reciclagem dos materiais, em conformidade com a legislação vigente e princípios de sustentabilidade aplicáveis às contratações públicas.

5. Requisitos da contratação:

5.1. Requisitos gerais aplicáveis a todos os itens

a) Os materiais e equipamentos deverão ser plenamente compatíveis com a infraestrutura tecnológica atualmente existente na Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, garantindo integração, estabilidade e adequado funcionamento da rede lógica institucional;

b) Os produtos ofertados deverão atender às especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, admitindo-se produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam aos requisitos técnicos exigidos;

c) Todos os bens deverão ser novos, de primeiro uso, entregues em embalagem original do fabricante, não sendo admitidos equipamentos recondicionados, remanufaturados, usados ou provenientes de mostruário;

d) Os produtos deverão estar em linha normal de fabricação na data da entrega, não sendo



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

aceitos equipamentos descontinuados pelo fabricante;

e) Os equipamentos e materiais deverão ser entregues acompanhados de manuais, catálogos, fichas técnicas, certificados ou demais documentos necessários à comprovação das especificações exigidas, quando solicitado pela Administração;

f) Os itens deverão atender às normas técnicas e regulamentações aplicáveis, incluindo certificações exigidas por órgãos competentes, quando cabíveis;

g) Os materiais e equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contada a partir do recebimento definitivo pela Administração, abrangendo defeitos de fabricação, funcionamento e vícios que comprometam sua adequada utilização;

h) Durante o período de garantia, a contratada deverá substituir, reparar ou providenciar a solução dos itens que apresentarem defeitos, sem custos adicionais para a Administração;

i) A contratada deverá assegurar suporte necessário para esclarecimentos relacionados às especificações e à garantia dos produtos fornecidos, quando solicitado pela Administração.

5.2. Requisitos específicos dos itens

a) Cabo de rede U/UTP Categoria 6 (Cat6):

Homologado pela ANATEL, caixa com 305 metros, 4 pares trançados, condutores sólidos de cobre 24 AWG, isolamento em polietileno, capa externa em PVC com resistência à chama, classificação CMX conforme ABNT NBR 14705 e ensaio IEC 60332-1 (ou equivalente), cor azul ou equivalente, garantia mínima de 12 meses.

b) Conector RJ45 (8P8C):

Compatível com cabos Cat6 sólidos 24 AWG, contatos em liga metálica com banho de ouro, pacote com 100 unidades.

c) Roteador corporativo:

Com suporte a IPv4/IPv6, VLAN 802.1Q, NAT, firewall stateful, gerenciamento via interface web e/ou CLI, porta de console, mínimo de 8 (oito) portas 1 GbE (10/100/1000) e 2 (duas) portas SFP+ 10 Gigabit Ethernet, ou superior, desempenho compatível com o ambiente, garantia mínima 12 meses.

d) Access Point:

Ponto de acesso Wi-Fi corporativo para ambiente interno, padrão IEEE 802.11ac Wave 2 ou superior, tecnologia 4x4 MU-MIMO, throughput agregado mínimo de 2,3 Gbps, mínimo de 2 (duas) portas Gigabit Ethernet, suporte a PoE padrão IEEE 802.3at, gerenciamento por controladora local ou em nuvem, compatível com IPv4/IPv6, VLAN e QoS, garantia mínima de 12 (doze) meses.

e) Memória para servidor DDR4 ECC:

DDR4 ECC Registered (RDIMM), capacidade mínima de 16 GB, frequência mínima de 2666 MHz (PC4-21300), tensão 1,2 V, compatível com o servidor institucional existente, garantia mínima de 12 meses.

A compatibilidade deverá ser comprovada pelo fabricante ou por documentação técnica oficial do equipamento, sendo de responsabilidade da contratada fornecer módulo plenamente compatível com o servidor institucional.

5.3. Sempre que aplicável, deverão ser observados critérios de sustentabilidade, eficiência energética e descarte ambientalmente adequado dos materiais, em conformidade com a legislação vigente e boas práticas aplicáveis às contratações públicas.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

5.4. Serão aceitos produtos equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam a todos os requisitos mínimos de desempenho, compatibilidade e funcionalidade exigidos pela Administração.

5.5. Responsabilidade da contratada:

5.5.1. Fornecer os materiais e equipamentos em estrita conformidade com as especificações, quantidades, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, na proposta apresentada e no instrumento contratual.

5.5.2. Entregar todos os produtos novos, de primeiro uso, em linha regular de fabricação, acondicionados em embalagem original do fabricante, devidamente lacrados e em perfeitas condições de uso e funcionamento.

5.5.3. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos materiais e equipamentos fornecidos, respondendo por defeitos, falhas, vícios, inconsistências ou irregularidades constatadas durante o período de garantia.

5.5.4. Substituir, sem custos adicionais para a Administração, os materiais ou equipamentos que apresentarem defeitos, avarias, incompatibilidades ou que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

5.5.5. Realizar a substituição dos itens recusados pela Administração no prazo máximo estabelecido neste Termo de Referência, contado da notificação formal emitida pela contratante.

5.5.6. Responsabilizar-se pelas despesas relativas a transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais custos decorrentes da execução do objeto contratado.

5.5.7. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação, em conformidade com a legislação vigente.

5.5.8. Prestar esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela Administração, atendendo prontamente às demandas relacionadas ao fornecimento dos produtos.

5.5.9. Comunicar imediatamente à Administração qualquer fato superveniente que possa comprometer a execução do objeto contratado.

5.5.10. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento realizado pela contratante.

5.5.11. Garantir os materiais e equipamentos fornecidos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo pela Administração, responsabilizando-se pela substituição ou reparação dos itens que apresentarem defeitos durante esse período.

6. Modelo de Execução do Objeto:

6.1. A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento único dos materiais e equipamentos de rede lógica, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. Após a emissão da nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente, a contratada deverá providenciar o fornecimento integral dos itens constantes da contratação, observando os prazos e condições estabelecidos pela Administração.

6.3. O prazo para entrega integral dos materiais e equipamentos será de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, autorização de fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

6.4. Os materiais e equipamentos deverão ser entregues nas dependências da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO, em local indicado pela Administração, durante o horário regular de expediente.

6.5. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados em embalagens originais do fabricante, preservando sua integridade física e funcional durante transporte, armazenamento e entrega.

6.6. Os materiais e equipamentos deverão estar acompanhados dos documentos pertinentes ao fornecimento, incluindo nota fiscal, manuais, fichas técnicas, certificados e demais documentos aplicáveis, quando exigidos.

6.7. A execução contratual será considerada concluída após a entrega integral dos itens e emissão do recebimento definitivo pela Administração, mediante verificação da conformidade dos produtos fornecidos com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.8. Caso sejam identificadas irregularidades, incompatibilidades ou desconformidades nos materiais e equipamentos entregues, a contratada deverá promover a substituição dos itens recusados no prazo estabelecido pela Administração, sem custos adicionais.

7. Modelo de Gestão do Contrato

7.1. A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas por servidor formalmente designado pela autoridade competente, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo o acompanhamento, controle, fiscalização e verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

7.2. Compete ao gestor do contrato coordenar as atividades relacionadas ao acompanhamento da execução contratual, adotando as medidas administrativas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

7.3. Compete ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, observando especialmente:

- I – o cumprimento dos prazos estabelecidos;
- II – a conformidade dos materiais e equipamentos entregues com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- III – a qualidade dos produtos fornecidos;
- IV – o cumprimento das condições de garantia;
- V – a regularidade documental relacionada à execução contratual.

7.4. O fiscal do contrato registrará em instrumento próprio as ocorrências verificadas durante a execução contratual, comunicando formalmente à contratada quaisquer irregularidades identificadas e estabelecendo prazo para adoção das providências necessárias.

7.5. Verificada a ocorrência de descumprimento contratual, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive aplicação de sanções previstas na legislação e no instrumento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.6. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto contratado.

7.7. Considerando tratar-se de fornecimento de bens com entrega única e baixa complexidade operacional, a gestão e fiscalização contratual terão por objetivo principal verificar a conformidade dos materiais entregues, cumprimento dos prazos estabelecidos e observância das condições de



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

garantia previstas neste Termo de Referência.

8. Critérios de Medição e de Pagamento

8.1. Considerando tratar-se de contratação para fornecimento de bens com entrega única, a medição do objeto será realizada mediante verificação do cumprimento integral das especificações, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. A medição ocorrerá após o recebimento definitivo dos materiais e equipamentos pela Administração, mediante conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, observando-se:

- conformidade com as especificações técnicas exigidas;
- correspondência entre os itens entregues e os quantitativos contratados;
- funcionamento e compatibilidade dos equipamentos, quando aplicável;
- apresentação da documentação exigida.

8.3. O pagamento será efetuado em parcela única, após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal responsável pela contratação.

8.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em conta corrente indicada pela contratada, no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data do recebimento definitivo e da apresentação regular da documentação fiscal exigida.

8.5. Para fins de pagamento, a contratada deverá manter as condições de habilitação e regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigidas na contratação.

8.6. Havendo erro na emissão da Nota Fiscal, inconsistência na documentação apresentada ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

8.7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto houver pendência relacionada ao cumprimento de obrigações contratuais ou aplicação de medidas administrativas decorrentes da execução do objeto.

8.8. O pagamento não implica reconhecimento definitivo da conformidade do objeto, permanecendo a contratada responsável pelos bens fornecidos durante o período de garantia previsto neste Termo de Referência.

9. Forma e Critério de Seleção da Contratada

9.1. A seleção da contratada será realizada mediante procedimento licitatório, observando as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

9.2. Considerando a natureza do objeto, os materiais e equipamentos pretendidos enquadram-se como bens comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

9.3. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço global do lote único, considerando os preços unitários apenas para fins de composição, conferência, cadastro e análise de exequibilidade.

9.4. A adoção do julgamento por lote único justifica-se pela natureza integrada dos materiais e equipamentos de rede lógica, pela necessidade de compatibilidade técnica entre os componentes, padronização da solução, interoperabilidade com a infraestrutura tecnológica existente e maior



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

eficiência no recebimento, fiscalização e gestão contratual.

9.5. Poderão participar do procedimento licitatório pessoas jurídicas legalmente constituídas e que atuem em ramo compatível com o objeto da contratação, observadas as exigências previstas no instrumento convocatório.

9.6. As licitantes deverão comprovar o atendimento dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal, trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica exigidos no edital, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.7. Será assegurado tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, quando aplicável, observadas as disposições da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

9.8. Da estimativa do valor da contratação

9.9. A estimativa do valor da contratação será apurada mediante pesquisa de preços realizada pela Administração, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável, observando parâmetros que assegurem a obtenção de valores compatíveis com os praticados no mercado.

9.10. Os procedimentos adotados para a formação do orçamento estimativo, bem como a metodologia utilizada, as fontes consultadas e a memória de cálculo correspondente, encontram-se detalhados em documento específico de pesquisa de preços que integra os autos do processo administrativo.

9.11. Para a composição do valor estimado deverão ser considerados os quantitativos definidos neste Termo de Referência, bem como os preços unitários obtidos por meio de pesquisa junto a fornecedores, banco de preços públicos, contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, sistemas oficiais de consulta ou demais fontes admitidas pela legislação vigente.

9.12. A memória de cálculo, os documentos que deram suporte à formação dos preços e os valores unitários referenciais constarão em documento próprio que integrará os autos do processo administrativo de contratação.

9.13. A estimativa deverá contemplar todos os custos necessários ao fornecimento integral do objeto, incluindo despesas com transporte, frete, seguros, tributos, encargos e quaisquer outros custos diretos ou indiretos incidentes sobre a execução contratual, não sendo admitida cobrança adicional posterior pela contratada.

9.14. O valor estimado da contratação constitui parâmetro para análise da vantajosidade da proposta apresentada, não vinculando a Administração à contratação pelo valor integral estimado.

9.15. A seguir, apresenta-se o resumo da estimativa do valor da contratação, conforme tabela demonstrativa:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor unitário estimado	Valor total
01	02	Unid	Memória para servidor DDR4 ECC Registered (RDIMM), capacidade mínima de 16 GB, frequência mínima de 2666 MHz (PC4-21300), tensão 1,2 V, compatível com o servidor	R\$ 1.401,27	R\$ 2.802,54



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

			institucional existente, garantia mínima de 12 meses.		
02	02	Cx	Cabo de rede U/UTP Categoria 6 (Cat6) , caixa com 305 metros, 4 pares trançados, condutores sólidos de cobre 24 AWG, isolamento em polietileno, capa externa em PVC com resistência à chama, classificação CMX conforme ABNT NBR 14705 e ensaio IEC 60332-1 (ou equivalente), cor azul ou equivalente, garantia mínima de 12 meses.	R\$ 1.153,35	R\$ 2.306,70
03	10	Pct	Conector modular RJ45 (8P8C) , compatível com cabos Cat6, contatos em liga metálica com banho de ouro, pacote com 100 unidades.	R\$ 88,08	R\$ 880,80
04	01	Unid	Roteador corporativo com suporte a IPv4/IPv6, VLAN 802.1Q, NAT, firewall stateful, gerenciamento via interface web e/ou CLI, porta de console, mínimo de 8 (oito) portas 1 GbE (10/100/1000) e 2 (duas) portas SFP+ 10 GbE, desempenho compatível com o ambiente, garantia mínima 12 meses	R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00
05	03	Unid	Ponto de acesso Wi-Fi dual band , padrão 802.11ac Wave 2 (ou superior), 4x4 MU-MIMO, throughput agregado mínimo de 2,3 Gbps, mínimo de 2 (duas) portas Gigabit Ethernet, suporte a PoE 802.3at, gerenciamento via controladora/cloud, compatível com IPv4/IPv6, VLAN e QoS.	R\$ 2.529,83	R\$ 7.589,49
Valor total					R\$ 23.079,53

9.16. O valor total estimado da contratação corresponde à soma dos valores estimados dos itens, perfazendo o montante de R\$ 23.079,53 (vinte e três mil e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos).

9.17. Da metodologia adotada para a estimativa de preços

A estimativa de preços da presente contratação foi elaborada em observância aos princípios



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

da economicidade, eficiência e vantajosidade da contratação pública, mediante realização de pesquisa de mercado que reflita os valores praticados para objetos com características equivalentes às especificadas neste Termo de Referência.

- I. consulta direta a fornecedores do ramo pertinente ao objeto da contratação;
- II. pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- III. consulta a contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública;
- IV. utilização de sistemas ou bancos de preços públicos disponíveis para consulta pela Administração.

A metodologia adotada deverá observar a compatibilidade entre os produtos pesquisados e os itens efetivamente pretendidos pela Administração, considerando especificações técnicas, capacidade, desempenho, garantia e demais características relevantes para a adequada comparação dos preços.

Os preços coletados serão analisados pela Administração, podendo ser desconsiderados valores inexequíveis, excessivamente elevados ou que não representem adequadamente a realidade de mercado, mediante justificativa constante dos autos.

A memória de cálculo, os documentos que deram suporte à pesquisa e o demonstrativo da formação do valor estimado integrarão o processo administrativo da contratação, assegurando transparência, rastreabilidade e motivação dos atos praticados.

10. Adequação Orçamentária.

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das **dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de São Francisco do Guaporé/RO**, previstas no orçamento vigente.

10.2. A contratação encontra-se compatível com o planejamento orçamentário da Administração, estando em conformidade com as disposições da **Lei nº 4.320/1964**, da **Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)** e da **Lei nº 14.133/2021**.

10.3. A indicação específica da dotação orçamentária, bem como do elemento de despesa correspondente, será realizada pela área competente no momento da emissão da **nota de empenho**, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira.

01.00.00 – Poder Legislativo

01.01.00 – Câmara Municipal

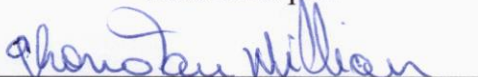
01.0310001.2001 – Manut. Das Atividades - Câmara Municipal

3.3.90.30 – Material de Consumo

4.4.90.52 – Equipamentos e material permanente


São Francisco do Guaporé – RO, 29 de maio de 2026.

Elaborado por:


Jhonatan Willian Botello de Lima

Equipe de apoio
Portaria 012/2025/SG

Revisado por:


Mara Vieira Carvalho Ribeiro
Secretário Geral

Portaria 073/2025/GP